

A ETNOGRAFIA DE REDES COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DE ELUCIDAÇÃO DE REDES POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO

THE ETHNOGRAPHY OF NETWORKS AS A METHODOLOGICAL INSTRUMENT FOR ELUCIDATING POLITICAL NETWORKS IN EDUCATION

LA ETNOGRAFÍA DE LAS REDES COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO PARA DILUCIDAR REDES POLÍTICAS EN EDUCACIÓN

Renata Cecilia Estormovski¹
Carmem Lucia Albrecht da Silveira²
Sandra Maria Zardo Morescho³

Resumo: Esta pesquisa objetiva discutir a etnografia de redes como uma metodologia de análise para a investigação das relações entre os âmbitos público e privado na educação, explicitando-a a partir do estudo de caso do Programa A União Faz a Vida (PUFV). Esse instrumento analítico, apresentado por Ball e colaboradores, ressalta-se como um meio de mapear os sujeitos individuais e coletivos envolvidos em projetos educativos, esclarecendo sua atuação, seus vínculos, seus interesses e suas influências. As seções do artigo organizam-se de forma a apresentar a metodologia e a ilustrar sua utilização, descrevendo a composição da rede política do PUFV e problematizando suas implicações para a educação básica pública. Com isso, identifica-se a etnografia de redes como uma possibilidade para se aprofundar estudos voltados para as relações entre os âmbitos público e privado na educação, oferecendo-se um percurso ilustrativo para amparar seu uso em análises afins.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Redes políticas na educação. Etnografia de redes.

Abstract: This research aims to discuss the ethnography of networks as an analysis methodology for the investigation of the relationship between the public and private spheres in education, explaining it from the case study of the Programa A União Faz a Vida (PUFV). This analytical instrument, presented by Ball and collaborators, stands out as a means of mapping the individual and collective subjects involved in educational projects, clarifying their performance, their links, their interests and their influences. The article's sections are organized in order to present the methodology and illustrate its use, describing the composition of PUFV's political network and discussing its implications for public basic education. With this, the ethnography of networks is identified as a possibility to deepen studies focused on the relationship between the public and private spheres in education, offering an illustrative path to support its use in related analyses.

Keywords: Educational policies. Political networks in education. Network ethnography.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo discutir la etnografía de las redes como metodología de análisis para la investigación de la relación entre las esferas pública y privada en la educación, explicándola a partir de un estudio de caso del Programa A União Faz a Vida (PUFV). Este instrumento de análisis, presentado por Ball y colaboradores, se destaca como un medio para mapear los sujetos individuales y colectivos involucrados en los proyectos educativos,

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. renataestormovski@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5714-8928>

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. carmem.albrecht@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9411-8709>.

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. samaza@unochapeco.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-9714-1552>.

esclareciendosuactuación, sus vínculos, sus intereses y sus influencias. Las secciones del artículo están organizadas para presentarlametodología e ilustrar su uso, describiendolacomposición de lared política de la PUFV y discutiendo sus implicaciones para laeducación básica pública. Conesto, laetnografía de las redes se identifica como una posibilidad para profundizarestudios centrados enlarelación entre las esferas pública y privada enlaeducación, ofreciendouncamino ilustrativo para apoyarsu uso enanálisis relacionados.

Palabras clave: Políticas educativas. Redes políticas eneducación. Etnografíaen red.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A articulação entre grupos filantrópicos, empresariais e estatais para a concepção, formulação e implementação de políticas educacionais tem se evidenciado em diferentes pesquisas realizadas ao longo dos últimos anos, que denotam múltiplos processos de privatização na e da educação. Neste estudo, qualitativo e documental, objetiva-se discutir a etnografia de redes como uma metodologia de análise para a investigação das relações entre os âmbitos público e privado na educação, explicitando-a a partir do estudo de caso do Programa A União Faz a Vida (PUFV). Esse instrumento analítico é uma proposição de Ball e colaboradores, que o indicam como um meio de mapear os sujeitos individuais e coletivos envolvidos em dado projeto, esclarecendo sua atuação, seus vínculos, seus interesses e suas influências.

Por meio da etnografia de redes, amplia-se a compreensão acerca dessas comunidades colaborativas e de seus efeitos, bem como dos movimentos que transfiguram a educação pública em alvo de disputa e palco de disseminação de prescrições neoliberais. Partindo disso, o problema definido para esta pesquisa é assim expresso: Como a etnografia de redes pode auxiliar na elucidação acerca das articulações entre atores públicos e privados na educação básica e como utilizá-la? Com esse recurso de pesquisa, compreende-se que se tornam passíveis de aprofundamento discussões

acerca desse tema, elucidando-se não somente a existência de ações, mas principalmente as intenções de grupos privados e filantrópicos que elegem a educação pública como plataforma para a difusão de suas percepções, mediante interesses formativos particulares.

O artigo será dividido em três seções, para além de considerações iniciais e finais. Na primeira, apresentam-se os conceitos de redes políticas e de etnografia de redes, situando a análise e apontando os percursos propostos para o mapeamento de tais comunidades de políticas. Os referenciais utilizados partem de Ball (2014) e Ball e Olmedo (2013) e Ball, sendo complementados por Peroni e Caetano (2020) e Rikowski (2017), que auxiliam na contextualização pretendida. Na seção seguinte, engendra-se a apresentação da rede política do Programa A União Faz a Vida (PUFV), promovido pela cooperativa de crédito Sicredi articulada a distintos sujeitos, individuais e coletivos, a fim de exemplificar os procedimentos sugeridos por Ball e complementados pelos demais investigadores. Partindo dos documentos que regem o PUFV, aprofunda-se o estudo de caso, com a próxima seção enfocando as intenções, as influências e efeitos desse projeto para a educação, o que explicita a etnografia de redes como um instrumento que, mais do que mostrar quem são os sujeitos que compõem uma rede, esclarece sua atuação. A partir do exposto, entende-se

que o problema de pesquisa será esclarecido e o objetivo desta escrita, alcançado.

A ETNOGRAFIA DE REDES COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DAS COMUNIDADES DE POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO

As redes políticas são definidas por Ball (2014) como comunidades formadas por distintos sujeitos que possuem ideias convergentes quanto a problemas sociais e a suas resoluções. São entendidas como modos de considerar atores diferentes dos tradicionais na política, utilizando-se não de estruturas formais, mas de relações que propiciam trocas de ideias, de pessoas e de capital para o desenvolvimento de projetos em comum, motivando novas ideias que são reproduzidas em variados espaços e por diversas redes. Questões educacionais complexas tendem a ser alvo de tais articulações, sendo submetidas a orientações gerenciais, organizadas em moldes empresariais e organizacionais, e concretizadas por meio de parcerias (BALL, 2014). Como Cossio e Scherer (2018) discutem:

[...] as PPPs ganham espaço no contexto do discurso de ineficiência do Estado, no qual o setor privado é buscado como “parceiro” do setor público em diferentes formas de conveniamentos com a finalidade de indicar caminhos potenciais para melhorar a eficiência e eficácia do desempenho da máquina pública. Assim sendo, as PPPs passam a ser corresponsáveis na execução das políticas sociais, de modo que o Estado se reorganiza para priorizar o controle dos processos, enquanto que diferentes tipos de “organizações sociais” (OS), representadas por fundações e

institutos privados, com ou sem fins lucrativos, adentram na esfera da definição, organização e implementação das políticas sociais, a partir de recursos majoritariamente públicos (p. 138).

Esses movimentos surgem no contexto da globalização, entendida como “o movimento com vista ao aprofundamento da integração internacional econômica, social, cultural e política, impulsionado a partir do final do século XX e início do século XXI” (CÓSSIO; SCHERER, 2018, p. 138). Nesse cenário, surge a governança, um processo que altera o modo como o Estado é concebido, passando-se a promover “padrões de articulação e cooperação entre os atores e os arranjos institucionais que coordenam os sistemas sociais” (p. 139), com novos procedimentos governamentais sendo apropriados para compor processos públicos de tomada de decisão acerca de seus serviços e das formas como são oferecidos.

Em tais parcerias, sujeitos individuais e coletivos costumam se associar para remodelar a política educacional, com a “nova filantropia” (BALL; OLMEDO, 2013) conduzindo as relações entre empresas, terceiro setor e o poder público. São disseminadas “soluções inovadoras e velhas soluções para problemas sociais e de desenvolvimento baseadas no mercado [...] através do surgimento de uma nova elite global, conectada em rede, formada por promotores de políticas e novos filantropos” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 33). Esses grupos costumam alegar que sua atuação se dá sem fins lucrativos, contudo não renunciam à possibilidade de lucro através de suas atividades sociais. Além da venda de materiais didático-pedagógicos e de cursos de formação docente, por exemplo, seus projetos podem intencionar o cumprimento

de exigências de responsabilidade social, a busca pela isenção de impostos e, de forma incisiva e habitual em diferentes propostas, a adaptação do conteúdo da educação pública aos seus anseios.

Surgem, assim, as redes políticas que, na atualidade, se tornam um dispositivo conceitual que “articula a concepção de governança em rede, no quadro do programa neoliberal, enquanto meio de criação de novas oportunidades de lucro através de relações e interações (CÓSSIO; SCHERER, 2018, p. 141)”. Esses grupos organizados formam “comunidade social dentro de uma determinada concepção política” (p. 141), dividindo perspectivas e expectativas. Como Cossio e Scherer (2018) afirmam:

as redes políticas, no contexto da perspectiva neoliberal, expressam um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos, que permitem espaço para novas vozes dentro do discurso de políticas que promovem novas narrativas para orientar as políticas (p. 141).

Tais redes promovem processos que Rikowski (2017, p. 400) define como de privatização da e na educação. Com a privatização da educação há a apropriação de fundos públicos pelo setor privado e filantrópico com o objetivo de que lucros sejam obtidos; com a privatização na educação, por outro lado, há a “tomada de controle sobre a educação por parte das empresas que não envolvem propriedade”, mas por meio de contratos que instituem parcerias. O autor salienta, contudo, que essa discussão não pode se resumir ao simples entendimento de que há vínculos entre grupos de natureza física ou jurídica distinta.

Para Rikowski (2017, p. 395), essa questão está além do próprio campo, devendo ser retratada como parte “do desenvolvimento do capitalismo e do aprofundamento do domínio do capital em instituições específicas (escolas, faculdades, universidades etc.) na sociedade contemporânea”. Quando as instituições educativas são privatizadas, “as atividades, processos e formas pedagógicas envolvidas na produção de força de trabalho também são necessariamente privatizadas” (RIKOWSKI, 2017, p. 396). Com isso, a educação promove a reprodução social do capitalismo, mantendo sua lógica e arraigando suas concepções.

Afinal, essas comunidades colaborativas tendem a se inspirar nas trajetórias pessoais de empreendedores para elaborar soluções para complexos problemas sociais. Mencionadas como resultado de esforço e de superação, as carreiras empresariais de sucesso são utilizadas para mobilizar os projetos que filantropos e proprietários de grandes negócios defendem para a educação pública, disseminando valores e princípios particulares. Como Ball e Olmedo (2013) apontam, esses sujeitos defendem a racionalização de recursos e a resolução de questões estruturais graves por meio de receituários genéricos, replicáveis e entendidos como garantias para o alcance de melhores resultados (mensurados, geralmente, por avaliações de desempenho). Não é à toa que premiações costumam figurar entre suas propostas, difundindo a percepção de que, seguindo determinados passos definidos externamente pela *expertise* do privado, esforçando-se, empreendendo e se mostrando competitivos, os profissionais da educação, isoladamente, mesmo sem condições mínimas de trabalho, poderiam

transpor as dificuldades que encontram na realidade.

Os vínculos entre esses grupos podem constituir também “redes dentro de redes” (BALL, OLMEDO, 2013, p. 41), em que o capital econômico e simbólico de certa comunidade de política é utilizado para firmar novos projetos e parcerias, ampliando a divulgação e o alcance de suas perspectivas. Além disso, como as redes são fluidas (BALL, 2014), seus entes podem ser renovados seguidamente, não havendo exclusividade nas relações estabelecidas, com trocas entre redes sendo costumeiras. Compartilham, com isso, conhecimento, forças no alcance de objetivos e interesses, e também publicidade, com conexões sociais, políticas e econômicas não se restringindo a um vínculo específico para a promoção de um determinado projeto, mas encorajando seu poder e sua abrangência em diferentes propostas (BALL; OLMEDO, 2013).

Os papéis assumidos pelos sujeitos (que podem ser individuais ou coletivos) também são variados e podem mudar de acordo com as expectativas, os objetivos e as propostas defendidas. Peroni e Caetano (2020) indicam que essas funções são de articuladores, financiadores e consultores. Os articuladores são responsabilizados por motivar a iniciativa privada a apoiar os projetos, enfatizando suas perspectivas convergentes e estimulando a participação. Já os financiadores têm centralidade econômica, pois disponibilizam recursos financeiros para a materialização das iniciativas. Por último, os consultores investem competências técnicas e experiência para o sucesso das iniciativas, promovendo, ainda, a divulgação de boas práticas.

A atuação dos grupos privados é amparada pelo discurso de que estão

colaborando com o poder público, mas modificam sua gestão e “a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as *qualidades* do setor privado: a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia - ou seja, os valores do mercado” (PERONI; CAETANO, 2020, p. 6, grifo das autoras), ao mesmo tempo em que promovem suas empresas e seus negócios. E para mapear a atuação desses sujeitos, entendendo suas relações, seus fluxos, suas intenções e seus diferentes graus de responsabilidade em relação ao projeto que defendem, Ball (2014, p. 28) propõe a metodologia de etnografia de redes.

A etnografia alude ao movimento de pesquisa voltado para a compreensão de grupos sociais específicos: sua cultura, seus comportamentos, sua linguagem, enfim, dedica-se ao entendimento quanto aos significados que dada comunidade atribui ao mundo (OLIVEIRA, 2016). Ao aproximar esse tipo de pesquisa das redes políticas, Ball direciona-o para a identificação da forma e do conteúdo “das relações políticas em um campo particular” (2014, p. 28), superando a simples identificação de atores que se dedicam a certo projeto ao investigar sua atuação de modo aprofundado e complexo. Com a etnografia de redes, enfatizam-se distinguem-se os sujeitos envolvidos em uma proposta, bem como suas capacidades e seu poder, além de serem esmiuçadas também as conexões e as mobilidades entre tais grupos e entre as comunidades colaborativas que apoiam.

Por meio da etnografia de redes, Ball e Olmedo (2013, p. 35) indicam que é possível “identificar e analisar a criação e a operação dessas redes, assim como as conexões que as constituem”, além de investigar “as trocas e transações entre os participantes e os papéis, ações, motivações, discursos e recursos dos

diferentes atores envolvidos”. Essa metodologia compreende que há movimentos a partir dos quais ideias, capital e os próprios sujeitos se locomovem. Para os autores, a “rede é um mecanismo analítico e um tropo-chave dentro desse redirecionamento da atenção, como se fosse um tipo de tecido conectivo que une e oferece alguma durabilidade a essas distantes e fugazes formas de interação social” (p. 36).

Cabe indicar que Ball distingue a etnografia de redes da metodologia de análise de redes sociais, considerado, à primeira vista, similar. O autor destaca que, com a análise de redes sociais, as pesquisas dão um viés mais abrangente das relações entre atores, lacuna que se pretende sanar com a etnografia de redes. Esse instrumento se concentra em identificar detalhes das relações sociais entre os sujeitos envolvidos, delineando a política em movimento a partir de “novas vozes dentro do discurso de política” (BALL, 2014, p. 29) e de seus papéis em constante mudança.

Além disso, respondendo a críticas quanto ao fato de que as redes seriam facilmente identificadas, Ball (2014) destaca que a intenção da etnografia consiste em superar a descrição desses sujeitos na articulação de dado projeto, frisando seus efeitos e sua atuação na política e na governança. Destacando a complexidade na identificação do poder e das capacidades de uma rede e de seus sujeitos, o autor salienta as dificuldades da metodologia, já que “relações de rede são opacas, consistindo, em boa parte, de trocas sociais informais, negociações e compromissos que se constituem nos bastidores” (p. 33). Nesse sentido, com a etnografia é preciso ir além do desenho de setas que unem substantivos em um quadro, mas torna-se necessário

aprofundar os sentidos sociais e políticos desses grupos e de suas iniciativas.

Análises envolvendo a metodologia, no entanto, costumam ser acompanhadas por ilustrações, em que os vínculos entre os grupos são sistematizados, a fim de representar seus fluxos e suas relações. O *software* Gephi é indicado por Lima (2020) como uma das ferramentas que auxiliam no desvelamento de tais associações. De acesso livre e sem custos para utilização, o Gephi utiliza-se de nós para indicar a presença de entes (que podem assumir cores variadas de acordo com seus vínculos ou com a capilaridade dentro de um projeto) e de arestas, que simbolizam suas trocas e suas associações.

Neste estudo, por abordar uma iniciativa singular para a ilustração da metodologia que publiciza, com elementos gráficos, sua rede – entendendo-a como basilar à proposta de cooperação que prega –, não será necessário realizar tal procedimento. Contudo, a menção a tal instrumento pode orientar outros estudos voltados a temáticas afins envolvendo a etnografia de redes. Na seção seguinte, a fim de exemplificar a utilização da metodologia em questão, será realizada uma breve análise do Programa A União Faz a Vida (PUFV), da Cooperativa de Crédito Sicredi.

A REDE POLÍTICA DO PUFV COMO MOBILIZADORA DE UM PROCESSO DE REDEFINIÇÃO DO CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O Programa A União Faz a Vida (PUFV), lançado em 1995, é uma iniciativa que passou a integrar a Fundação⁴ Sicredi com o

⁴ A Fundação Sicredi, criada em 2005, é o braço social e cultural do Sicredi. Uma entidade privada, com autonomia jurídica e financeira, é reconhecida

objetivo de promover uma educação para um mundo mais cooperativo, constituindo-se em uma ferramenta de expansão do Sicredi⁵. Orienta-se pela concepção de que, com pessoas educadas desde cedo em temas como cooperação e cidadania e interessadas em uma nova cultura (na qual o indivíduo e a comunidade possam juntos criar oportunidades de crescimento para todos), tanto o Sicredi como a sociedade podem evoluir e se desenvolver (PUFV, 2021a). Desde a sua instalação, o Programa já alcançou uma dimensão de 3 milhões de estudantes, 150 mil educadores e 2.600 escolas localizadas em 12 estados brasileiros, em mais de 475 cidades diferentes (PUFV, 2021a, p. 07). Um estudo realizado pela Fundação Sicredi e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), entre 2019 e 2020, concluiu que o retorno social do Programa é quatro vezes maior que os valores investidos e que, diante disso, se consolida como o maior programa de responsabilidade social da América Latina⁶ (PUFV, 2021a).

A ideia do Programa surgiu após uma viagem dos líderes do Sicredi ao Uruguai e à Argentina (1992), onde conheceram

cooperativas de crédito. Em uma delas, a sistemática de organização foi apresentada aos gestores brasileiros por um menino de 11 anos, o que surpreendeu o grupo, que relatou esperar esse tipo de protagonismo nas crianças e adolescentes de suas regiões de atuação. Anterior ao lançamento oficial da proposta (1995), que ocorreu via projeto-piloto em Santo Cristo (RS), a cooperativa de crédito se aproximou do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa sobre Cooperativismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos⁷ (Unisinos), em 1993, em que a ideia de uma educação cooperativa, desenvolvida por especialistas e com metodologias que se voltassem ao cooperativismo, foi construída. Desse modo, em “1994, o Sicredi e a Unisinos, com a coordenação do Padre Roque Lauschner⁸, se aliaram para desenvolver uma proposta de educação com foco no cooperativismo” (PUFV, 2021a, p. 13).

A cooperação, a cidadania e o empreendedorismo nas escolas constituem temas basilares à proposta, sendo entendidos como promotores do desenvolvimento humano e da qualificação integral dos indivíduos. Nas palavras do presidente da Cooperativa, Sidnei Strejevitch, o empenho para dar sequência à proposta

pelo Ministério da Justiça do Brasil como uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A Fundação dedica-se a disseminar a essência do cooperativismo por meio de ações diretamente ligadas à educação e à cultura. O Programa A União Faz a Vida passou a ser, então, uma das iniciativas vinculadas à Fundação.

⁵ Sicredi - Sistema de Crédito Cooperativo é a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil, representada pelo *slogan* Gente que Coopera Cresce. Foi fundado por Theodor Amstad, em 28 de dezembro de 1902, em Nova Petrópolis, RS, Brasil.

⁶ Em 2019, a cooperativa Sicredi Centro Oeste Paulista, com o apoio da Central Sicredi PR/SP/RJ e da Fundação Sicredi, levou a metodologia para o Haiti, atendendo inicialmente 270 crianças.

⁷ A Unisinos conduzia, de forma pioneira, o primeiro curso do Brasil de pós-graduação em cooperativismo. Na equipe, lecionando a disciplina de Direito Cooperativo, estava o atual Presidente do Sistema Ocergs-Sescoop/RS, Vergílio Perius.

⁸ Foi um padre jesuíta e um dos maiores pensadores do agronegócio latino-americano. Em 1974, no Chile, ele escreveu “Agroindústria e desenvolvimento econômico”, onde expõe que os conceitos de setor primário, secundário e terciário são ultrapassados e que se deve ter uma visão do conjunto destes três elementos, de forma orgânica e integrados na agroindústria. Seu pensamento e ação objetivavam o desenvolvimento do agronegócio no Rio Grande do Sul.

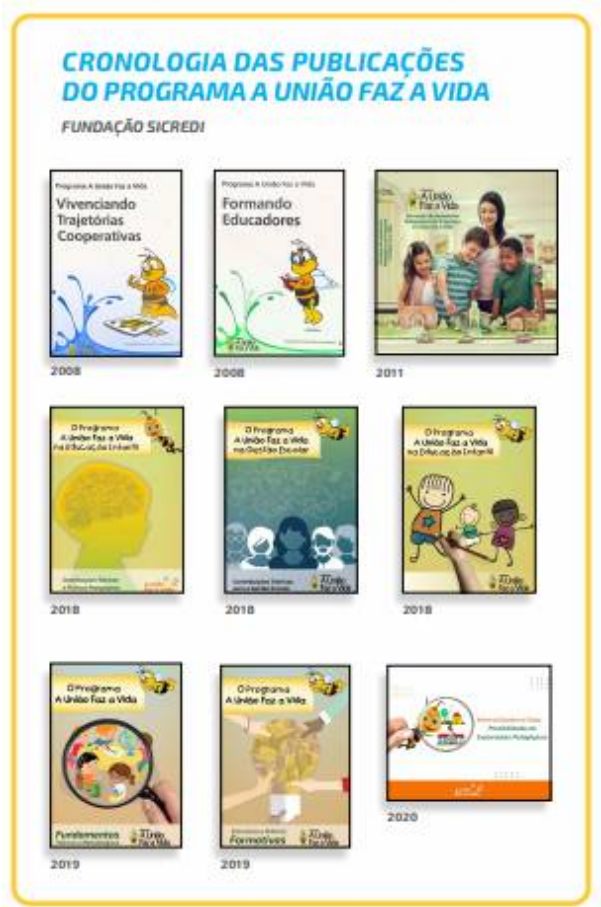
está em visualizar o futuro das crianças e da educação. “Nós [...] acreditamos muito que, através da educação, a gente vai mudar a região onde a gente vive, a gente vai gerar mudanças no nosso estado, no nosso país” (PUFV, 2021a, p. 15). O Programa estimula um olhar diferenciado sobre as “relações entre escola, educador, educando e comunidade. Ensinar e aprender são atividades realizadas em cooperação, sem hierarquias, sem muros. Cooperação e cidadania não são disciplinas que professores ensinam e alunos estudam. São um modo de viver e de fazer a educação” (PUFV, 2021a, p. 7). A idealização de uma educação a partir dos princípios de cooperação e de cidadania, gestada no início da década de 1990, associa-se à necessidade de “envolver as pessoas na causa cooperativista, encorajando a participação em iniciativas coletivas de desenvolvimento econômico e social” (PUFV, 2021a, p. 12).

A apresentação desses elementos introdutórios indica, na gênese do Programa A União Faz a Vida, um diagnóstico de que a escola básica de educação pública não forma(va) indivíduos com o perfil almejado para os princípios dessa instituição de crédito, o que levou seus gestores a mobilizarem a criação de um programa que estimulasse, acima de tudo, comportamentos distintos dos habituais na educação escolar. Assim, aos moldes do que Ball e Olmedo (2013) sinalizam, a Sicredi organizou uma parceria em que sujeitos coletivos (sendo eles a própria Fundação junto às secretarias de educação) se associaram para remodelar o conteúdo da educação básica pública, conduzindo relações também com sujeitos individuais pertencentes à comunidade. “Os gestores do Sicredi percebiam que a sustentabilidade dos empreendimentos cooperativos – e da própria filosofia

cooperativista – dependia do estabelecimento de uma nova cultura nas comunidades” (PUFV, 2021a, p. 12), o que faz com que o Programa, durante seus 25 anos de atuação, incorpore um significado mais amplo, pautado na cooperação e na cidadania, nas relações comunitárias, com a escola sendo o centro dessa proposta societária.

Para isso, o programa disponibiliza diferentes materiais pedagógicos, entre os quais se encontram livros, vídeos e revistas, destinados a pais, alunos e professores. Essa preocupação em proporcionar conhecimentos específicos para os diferentes atores implicados no PUFV denota uma rede de sujeitos estruturada e fortalecida para que o Programa seja efetivo e alcance seus objetivos. Dentre os materiais que ilustram essa percepção, destacam-se a Revista do Educador, a Revista dos Pais e as revistas da Turma do A União Faz a Vida, direcionadas ao público de 2 a 9 anos de idade, faixa etária privilegiada pelo programa. Seu quadro de materiais evidencia a constante atualização do Programa, providencial para sua revitalização (PUFV, 2021b), apresentando-se como uma proposta sempre inovadora, com uma base filantrópica (BALL; OLMEDO, 2013), que tem como intuito, sob o seu ponto de vista, sanar problemas existentes na educação, especialmente, na formação do sujeitos de acordo com seus princípios particulares. Na imagem abaixo, disponibilizada em PUFV (2021a, p. 20), é possível visualizar a relevância dada pela Sicredi a suas produções bibliográficas próprias, com uma cronologia das publicações sendo destacadas:

Figura 1 – Cronologia das publicações do Programa A União Faz a Vida

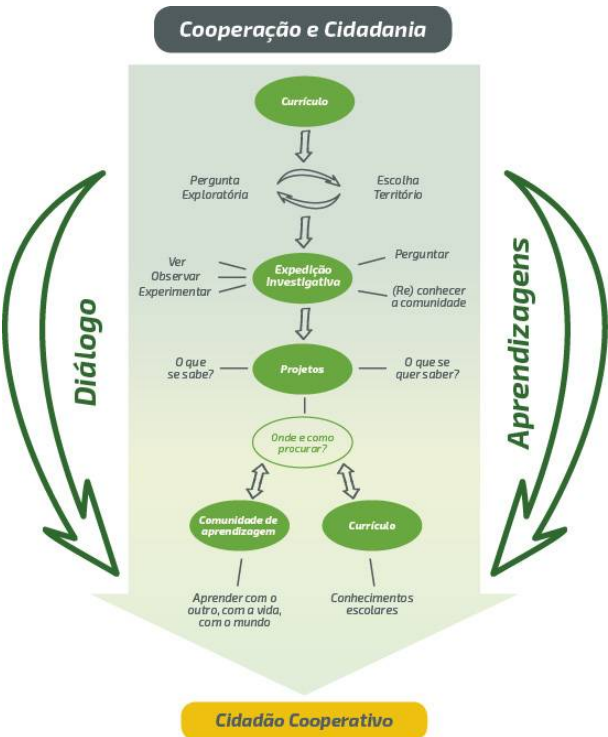


Fonte: A União Faz a Vida – Resgate Histórico (PUFV, 2021a)

A metodologia do PUFV, mencionada como original, é baseada na pedagogia de projetos. Conforme Ricardo Casco (PUFV, 2021b, p. 7), o professor analisa o currículo, opta por um território que tem uma série de potências de aprendizagens, leva as crianças para uma expedição investigativa e, após, começa a grande aventura da eleição de um projeto, das crianças em conjunto com os professores. Explicita-se que o currículo oficial é o ponto de partida: “o educador analisa as habilidades que devem ser desenvolvidas, e quais podem ser trabalhadas em projetos, considerando o que existe fora da escola para sustentar o conhecimento” (PUFV, 2021a, p. 19). A imagem a seguir retrata o movimento

metodológico do desenvolvimento educacional do PUFV.

Figura 2 - Metodologia do programa A União Faz a Vida



Fonte: A União Faz a Vida – a metodologia do Programa (PUFV, 2021b)

Pautando-se nos princípios do cooperativismo⁹, a educação integral¹⁰ também é reforçada nas bases do Programa, que afirmam promover os valores de respeito, empreendedorismo, diálogo, justiça

⁹ Os princípios do cooperativismo são indicados, no endereço institucional da proposta, como: 1. Adesão voluntária e livre; 2. Gestão democrática; 3. Participação econômica; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, formação e informação; 6. Intercooperação; e 7. Interesse pela comunidade.

¹⁰ Esse termo tem sido usado como *guarda-chuva*, escondendo diferentes significações ao mesmo tempo em que é repetido como se houvesse uma interpretação unívoca. É geralmente referenciado por reformas curriculares, como a própria Base Nacional Comum Curricular, e mascara a inserção de competências socioemocionais.

e solidariedade. Com isso, aproxima-se também da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o que se confirma nas declarações da assessora pedagógica e formadora nacional do Programa, Silvana Lehenbauer (PUFV, 2021a, p. 19), que esclarece esse vínculo e afirma que a “BNCC inverte o modelo nacional, trazendo importância para a figura do aluno como protagonista, valorizando a pesquisa”. Nessa direção, o PUFV reafirma esse direcionamento da Base, estimulando justamente tais perspectivas, e se torna numa forma de as escolas efetivarem as premissas desse documento orientador do currículo.

Além disso, ratifica-se a relevância dada pelo PUFV ao território, já que, fora dos limites da escola, alunos e professores observam, experimentam, perguntam, conhecem e dialogam com a comunidade, pondo em ação tais elementos e, ao mesmo tempo, fomentando o que a Agenda 2030¹¹

indica como basilar à cidadania global. Isso porque o Sicredi está envolvido no alcance de suas metas, especificamente nas que incluem a “[...] melhoria na educação, proteção ao meio ambiente, mitigação das mudanças climáticas e redução das desigualdades” (PUFV, 2021a, p. 32). O fomento à cooperação, à solidariedade e à cidadania nas escolas se torna uma maneira de colaborar com o desenvolvimento local, que também implica no “comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS) para a década 2020/2030, da Organização das Nações Unidas (ONU)” (PUFV, 2021a, p. 32). O Programa visa, em suas atividades, colaborar com o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (2016) a serem alcançados até 2030. O sistema Sicredi, assim como a Fundação Sicredi, tem como natural a afinidade com a sustentabilidade, da qual o cooperativismo é indissociável. De acordo com os documentos que orientam esse Programa, “[...] o ponto de chegada esteve – e sempre está – a alguns passos adiante. Porque o mundo mais próspero, a sociedade mais justa, solidária e participativa, são ideais a serem perseguidos constantemente por aqueles que são cooperativistas” (PUFV, 2021a, p. 7).

¹¹ A Agenda 2030 resulta de um processo que iniciou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro no início dos anos 1990, e que firmou acordos para promover o desenvolvimento sustentável entre os mais de 100 chefes de Estado que participavam do evento, por meio da adoção da Agenda 21. Seguiram-se diferentes iniciativas, como a Conferência Rio+20 (realizada em 2012, novamente no Rio de Janeiro), cujo documento final, O Futuro que Queremos, estabeleceu a existência de metas para uma ação global coerente e direcionada à sustentabilidade, o que originou uma consulta global para a construção dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Anteriormente haviam sido formulados os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, elaborados também no âmbito da ONU por especialistas, em 2000, mas entendidos como passíveis de serem qualificados para o período posterior a 2015 (<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>). Em 2015, com a Declaração de Incheon, aprovada no Fórum Mundial de Educação, na Coreia do Sul, a Unesco passou a protagonizar a faceta ligada à educação

na Agenda, auxiliando na elaboração do “Marco de Ação da Agenda Educação 2030”, que planifica os objetivos em práticas e enfatiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, frisando a concepção de aprendizagem ao longo da vida como orientadora dos processos educacionais. A Agenda 2030 também é fortalecida pelo Relatório GEM 2020 (Relatório de Monitoramento Global de Educação 2020: inclusão e educação: todos, sem exceção), que monitora a implementação do ODS 4 e dos aspectos ligados à educação nos outros objetivos, sendo construído por uma equipe da Unesco e utilizado para reforçar, nos parceiros da iniciativa, suas responsabilidades para o alcance dos ODS (<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/education-2030-brazil>).

Ainda, os vídeos utilizados como suporte das atividades, e localizados na página do Programa, frisam que os projetos do PUFV têm início a partir de três indicadores: o inicial (em que o conhecimento prévio é identificado de forma espontânea no grupo); o formativo (no qual se identifica o que se quer saber, pensando em como e onde pesquisar, em um processo que inclui pesquisas individuais ou grupais para perceber a evolução das aprendizagens); e o final (que avalia e realiza a tomada de consciência do processo, identificando as novas relações estabelecidas). Nesse movimento, estimula-se a constituição de uma comunidade de aprendizagem, envolvendo os sujeitos que estão próximos à escola e o que tornaria as crianças cidadãos colaborativos.

Esses projetos, formulados pelas escolas a partir da metodologia do PUFV, são efetivados por meio de uma rede de compromissos (Figura 2) e denotam a intenção do A União Faz a Vida de atuar (e de estimular a atuação das crianças, desde cedo) em articulação a outros sujeitos (individuais e coletivos), o que é mostrado de forma muito clara em suas orientações e indica esse elemento como estrutural à proposta de cooperação que motiva o programa.

Figura 3 – Rede de compromissos



Fonte: A União Faz a Vida – Rede de Compromissos (PUFV, 2021b).

Além da comunidade, nos projetos constituídos na escola por meio do PUFV, os vínculos entre Sicredi e secretarias de educação são tidos como essenciais para que a parceira se materialize e o Programa possa ser instituído, fortalecendo a disseminação das concepções defendidas pela iniciativa. Ainda, instituições que atuem com assessoria pedagógica também são mencionadas, apesar de ser possível, nos documentos analisados, identificar apenas uma instituição de ensino superior, sendo ela a que teria empreendido o projeto inicial do PUFV¹².

A rede que possibilita a materialização do PUFV, ao contrário da de outras iniciativas em que esses vínculos estão implícitos, é disponibilizada no próprio site do Programa, explicitando as vinculações entre os sujeitos, valorizando-as e, também, colaborando com a naturalização da participação desses agentes filantrópicos e privados (BALL; OLMEDO, 2013) dentro das instituições educativas públicas. Essa atuação, contudo, traz implicações na medida em que parece estar envolvida em *ensinar* os professores a realizar seu trabalho educativo (suprindo carências formativas identificadas pelo Sicredi nas instituições de educação básica) e em utilizar a escola como um instrumento para que seu compromisso singular com as comunidades seja concretizado. Essas questões são incluídas na discussão da próxima seção, em que as influências e as intenções da rede do PUFV para a educação serão evidenciadas.

¹² Tem sido percebida a contratação, de forma direta pela Sicredi, de assessores para atuarem em seus programas sociais, realizando a disseminação para as escolas, de suas propostas, como pode ser identificado em: <https://www.clicsoledade.online/noticias/sicredi/21872/encontro-de-coordenadoras-locais-do-programa-a-uniao-faz-a-vida-fortalece-lacos-entre-municipios-da-regiao/>, acessado em 09 out. 2021.

O COMPROMISSO DA REDE DO PUFV COM A FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

O Programa A União Faz a Vida (1990), que se baseou nos princípios cooperativos da filosofia jesuítica, teve seu início numa época em que as transformações originadas na modernidade e pautadas pela racionalidade econômica avançaram em resposta ao projeto do desenvolvimento e do progresso econômico. Em concomitância, o Estado do Bem Estar Social alterou seu *status* de provedor para o de governança gerencialista, movida pelo empreendedorismo. A centralidade, a responsabilidade e a visibilidade do Estado foram redimensionadas ao delegar suas atribuições para outros atores sociais encarregados por “[...] novas representações e concepções em torno do *bem comum* e do *espaço público* [...]” que, dessa forma, legitimaram a descentralização pela “promoção de *quase-mercados* e das relações com o *terceiro setor*”¹³ (AFONSO, 2001, p. 37, grifos do autor). Por sua vez, o campo educacional torna-se pautado pela perspectiva empresarial, manejada por um Estado controlador e favorável ao desenvolvimento econômico.

No quadro mutante das funções estatais, recorrentes ao final do século XX, o Estado acolheu a atuação da lógica do

terceiro setor – do bem comum local –, em que recontextualiza os princípios da comunidade democrática através da cooperação, da solidariedade, da participação e da transparência, entre outros, mesmo que com apelo ideológico contraditório. Dessa forma, ocorrem os incentivos à “criação de parcerias com empresas e outros actores externos ao sistema” no intuito de promover a corresponsabilização pela educação e legitimar a ampliação da retração dos investimentos do Estado¹⁴. As ações do Estado foram redefinidas para promover medidas que visassem à “descentralização de responsabilidades relativas à implementação e a subsequente avaliação das ações e das decisões locais e institucionais (AFONSO, 2007, p.16).

Nesse contexto, a Fundação Sicredi (2005), filiada ao Sicredi, gerencia a rede formada para o PUFV, representada pelo esquema de uma flor, explícita em sua página *online* e retratada na Figura 2 (supra-referenciada), na qual destaca o compromisso com diversos públicos. Em propostas similares, essas redes e seus sujeitos costumam constar nos rodapés das propostas, onde são elencados os atores que fortalecem os projetos. Mas como Ball (2014) indica, a etnografia de redes não se resume a

¹³ O terceiro setor é o conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas em favor da sociedade, por organizações privadas não governamentais e sem o objetivo de lucro, independentemente dos demais setores (Estado e mercado) – embora com eles possa firmar parcerias e deles possa receber investimentos (públicos e privados). As mais conhecidas instituições do Terceiro Setor são as ONGs (Organizações Não Governamentais), havendo também as fundações, entidades beneficentes, os fundos comunitários, as entidades sem fins lucrativos, associações de moradores, entre outras.

¹⁴ Por mais que a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei n. 9.394/1996) garanta a gestão democrática no ensino público, as incursões neoliberais que se disseminaram principalmente a partir da década de 1990 reforçam a percepção de que o setor público deveria ser qualificado a partir das “qualidades do setor privado”, como já mencionado em Peroni e Caetano (2020, p. 6, grifo das autoras). Com isso, ressignificam-se ideais democráticos, como ocorre por meio do PUFV, e a escola pública passa a implementar com frequência projetos gestados por grupos privados e filantrópicos, sem um papel deliberativo que efetive a posição das comunidades como tomadoras de decisão em processos participativos.

essa identificação, mas inclui a investigação acerca de relações, papéis e interesses que promovem tais articulações entre grupos e/ou indivíduos e que resultam em projetos singulares.

A rede de atuação do Programa que mantém o PUFV é protagonizada pela Fundação Sicredi, que concentra as funções de articuladora e de financiadora (PERONI; CAETANO, 2020) do programa. Além disso, ao prescindir de assessorias pedagógicas disponibilizadas por universidades ou empresas da área educacional, também assume o papel de consultora (PERONI; CAETANO, 2020). Ao motivar a adesão de novas redes de ensino ao Programa, provendo recursos e mobilizando competências para o desenvolvimento de sua metodologia, os demais sujeitos apresentados em sua rede (secretarias de educação, professores, alunos e comunidade) tornam-se apenas executores. Ao reproduzir uma dinâmica forjada fora do ambiente microinstitucional da escola e articulada aos interesses desse grupo, importa salientar, esses atores fomentem o cooperativismo voltado não ao bem comum ou à constituição de uma sociedade equitativa, mas o fazem a partir de expectativas de lucratividade e ascensão financeira, objetivos primeiros dessa cooperativa que atua no mercado financeiro como banco.

A sutileza com que tal proposta educacional é apresentada e defendida por sua rede política não esconde o seu comprometimento com a formação de capital humano¹⁵ destinado a fortalecer a

expansão do mundo econômico. Sem mencionar compromissos sociais com a constituição de uma nova racionalidade, o PUFV se mostra comprometido a, por meio de relações locais e grupais (como reforçado nas proposições de Ball e Olmedo, 2013), estimular os indivíduos a buscarem a resolução de problemas sociais associados ao desenvolvimento do mercado. Com isso, desde a infância a coletividade cooperativa é apresentada como o caminho para sanar questões problemáticas da realidade, formando cidadãos que se assumem como os únicos responsáveis por seu futuro, o que favorece a manutenção de uma sociabilidade competitiva, individualista e meritocrática, como a neoliberal em voga.

Além disso, o PUFV não é a única proposta da Sicredi para a educação, com sua inserção nas escolas públicas sendo fortalecida pelas Cooperativas Escolares, iniciativa também protagonizada pela cooperativa de crédito e com objetivos similares ao PUFV, mas direcionada a crianças mais maduras e adolescentes. Outro projeto é o Programa Nacional de Educação Financeira: Cooperação na Ponta do Lápis para uma vida mais próspera, com o propósito de que a educação se comprometa com a formação para uma vida financeira sustentável, o que também se coaduna com as orientações da OCDE¹⁶. Esse Programa tem como base a economia comportamental e é

¹⁵ A teoria do capital humano muda o caráter da educação que passa a ser entendida como investimento buscando retorno, num ideário desenvolvimentista e de planejamento econômico. A educação passa a ser necessária como formadora de pessoal habilitado para executar os projetos do desenvolvimento produtivo e econômico

¹⁶ Apenas um em cada sete estudantes de 15 ou 16 anos de idade é capaz de realizar operações simples e cotidianas relativas a finanças, como compreender detalhes de uma fatura ou calcular o preço de um quilo de um alimento no supermercado. É o que revela a edição de educação financeira do Pisa (Programme for International Student Assessment), a mais importante avaliação educacional do planeta, realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

voltado a pessoas físicas, microempreendedores, adolescentes e crianças com o objetivo de transformar sua relação com o dinheiro, conquistando maior independência e liberdade de vida.

Para dar viabilidade a esses projetos, a Sicredi não conta com o apoio de outras empresas ou entidades filantrópicas, mas aposta em sua receptividade pelas comunidades locais e na vinculação com o Estado, reconhecido em articulações com redes de ensino, principalmente municipais, o que faz com que suas iniciativas sejam passíveis de execução na educação básica. O poder público se torna o ente que legitima a atuação dessa cooperativa de crédito na redefinição do conteúdo da educação, visando sua privatização (RIKOWSKI, 2017), ao disseminar seus valores e princípios aos estudantes da escola pública e atuar para a alteração de seus comportamentos de forma que suas propostas sejam alcançadas. Deste modo, expressa o caráter empresarial para a educação escolar, como encarregada por promover a formação do capital humano favorável ao fortalecimento e ao avanço do sistema cooperativo do Sicredi.

Cabe considerar que programas como PUFV costumam ser implementados em municípios com menor índice populacional e em que a Sicredi possui atuação fortalecida e maior reconhecimento na comunidade. Essa cooperativa costuma disponibilizar apoio financeiro para grupos e entidades locais como parte de sua política interna, realizando doações para festas comunitárias, escolas e grupos específicos (de jovens, de idosos e de mulheres, por exemplo) ao promoverem reuniões, jantares e outras festividades comuns em municípios pequenos. Torna-se, assim, um dos sujeitos coletivos a quem a comunidade recorre para buscar apoio filantrópico e a quem dirige um

reconhecimento também coletivo, pelos costumeiros auxílios concedidos. Assim, seus projetos para espaços locais são, em geral, bem recebidos e referenciados. Nas escolas, mesmo o PUFV não sendo uma construção da comunidade escolar e no qual os autores não são os professores, os alunos e as suas famílias, a proposta normalmente é apropriada facilmente, inclusive pelos profissionais da educação, que não identificam a privatização na educação (RIKOWSKI, 2017) implementada por meio da iniciativa e a sua posição como meros executores.

Como Ball (2014) indica ser a intenção das redes políticas, o sujeito coletivo que cria e difunde o PUFV utiliza-se da estrutura estatal (nesse caso escolar) e de seus profissionais para disseminar uma proposta relatada como única e que traria novas possibilidades (especificamente pedagógicas para o que aqui importa), substituindo práticas pouco exitosas quanto ao objetivo que afirma ser a prioridade. Contudo, identifica-se em sua metodologia similaridades com diferentes projetos que também se inserem nas escolas públicas para estimular novas estratégias didáticas e comportamentos (discentes ou docentes), mas que não rompem com o currículo oficial ou com a estrutura formal da instituição – apenas utilizando-se desses elementos para difundir suas prescrições. Tanto no PUFV como no Prêmio Educador Nota 10¹⁷, por

¹⁷Essa premiação é protagonizada pela Fundação Victor Civita e foi lançada em 1998. Pode ser considerada uma das mais populares na atualidade, o que é reforçado pela rede política que a promove e divulga, composta, entre outros sujeitos coletivos, pelos grupos Globo e Abril e pela revista Nova Escola. No Prêmio Educador Nota 10, conforme Estormovski (2021), há a apropriação do trabalho realizado pelo professor na educação básica, que é ressignificado a partir das concepções do grupo que articula a proposta e disseminado de

exemplo, incentiva-se o docente a contar com as curiosidades dos estudantes para adaptar o conhecimento escolar e torná-lo interessante aos alunos, utilizando novas roupagens para estimular condutas distintas, como o protagonismo para a identificação de problemas locais e para sua resolução pelos próprios sujeitos.

Mais do que um mecanismo sem fins lucrativos¹⁸ e mobilizado pelo bem comum nas localidades em que se estabelece, na direção indicada por Ball e Olmedo (2013), a Sicredi carrega junto a seus programas, entre os quais está o PUFV, a ideologia de que a cooperação entre os pares mobiliza a superação de problemas locais e incentiva sua resolução a partir da atuação em parceria no nível micro institucional. Com os projetos educacionais empreendidos a partir da metodologia do A União Faz a Vida, a comunidade imediata se torna o lócus para agir, motivando na escola, desde os primeiros anos de escolarização, o protagonismo para que cada indivíduo entenda seu papel naquele círculo de convivência, colabore com suas necessidades e crie vínculos que o tornem responsável por seus pares, promovendo sua subsistência a partir da promoção dos princípios do cooperativismo.

forma associada às prescrições, para a educação, dessa rede específica.

¹⁸ Por mais que não existam indícios que apontem a obtenção de lucros pela Sicredi a partir do PUFV, importa considerar a publicidade indireta gerada por essa iniciativa, já que os materiais (utilizados como fonte de pesquisa para este artigo e que norteiam pais, alunos e professores no desenvolvimento da proposta) não abdicam de mencionar a Sicredi, bem como as culminâncias dos projetos formulados a partir do PUFV e que possuem ampla divulgação na comunidade escolar. Como Ball e Olmedo (2013) apontam, a “nova filantropia” que mobiliza tais redes políticas diverge de iniciativas tradicionais por não se eximir de obter lucros, caso seja viável.

Ao analisá-la isoladamente, a proposta pode ser vista com bons olhos, contudo cabe questionar com que propósito a cooperação é estimulada, já que mudanças estruturais, a crítica social e a transformação da comunidade não são mencionadas entre seus objetivos, mostrando que o PUFV promove a conciliação com o sistema no qual sua entidade promotora atua e pelo qual obtém sua lucratividade e estabilidade. A constituição de novos comportamentos por meio da educação básica pública parece indicar o caminho escolhido para que os preceitos do mercado financeiro sejam difundidos e aceitos pela coletividade, garantindo sua forma de sociabilidade. Por mais que a cooperativa de crédito realize uma divisão anual de lucros, esta ocorre conforme os investimentos de cada associado, sem proporcionar aos menos favorecidos economicamente, através da colaboração que tanto reafirma em seus *slogans*, a possibilidade de obtenção de vantagens financeiras que tragam equidade aos modos de vida, essencialmente neoliberais, atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnografia de redes, discutida neste estudo a partir dos escritos de Ball e colaboradores, mostra-se como um recurso metodológico que pode auxiliar no desenvolvimento de análises que, mais do que identificar redes políticas compostas para validar propostas educativas para as escolas públicas, aprofundam a compreensão acerca da atuação de seus atores, com suas intenções, seus efeitos e suas articulações a outros sujeitos e projetos sendo clarificados. Com a ampliação (e até mesmo com certa naturalização) na educação de iniciativas que são protagonizadas por grupos que se

autointitulam como filantrópicos, mas que se fundam e se mantêm a partir de sua vinculação com sujeitos coletivos empresariais (e se apoiam em entes públicos para implementar suas ideias), a utilização de aportes distintos – como o apresentado neste artigo – pode ampliar as possibilidades de pesquisa nesse campo, bem como qualificar a obtenção de seus resultados.

A ilustração da metodologia a partir do estudo de caso do Programa A União Faz a Vida intentou clarificar essa percepção, já que o PUFV é parte de movimentos que constituem a disputa pelo conteúdo da educação básica pública, abordada em muitos estudos hodiernos que localizam a privatização para além de questões de propriedade, mas que implicam em projetos educativos e societários específicos. Assim, a etnografia de redes pôde ser identificada como uma forma de qualificar pesquisas afins e promover novos recursos para sua sustentação, ampliando a constatação de interesses e consequências de tais projetos.

Antes de finalizar o estudo, destaca-se que, ao realizar a aplicação do recurso em questão, torna-se possível identificar, no Programa A União Faz a Vida, o empenho com a formação de capital humano para o desenvolvimento econômico global através do compromisso cooperativo. Com isso, expõe-se sua contradição, na medida em que prega um consenso colaborativo, mas o orienta para a conformação com uma sociedade neoliberal por meio do empreendedorismo educacional, marcadamente antidemocrático e individualista. Ainda, cabe-se questionar o que poderá ser atribuído à educação básica caso cada empresa intente coadunar a organização escolar aos seus propósitos formativos. Afinal, qual o objetivo e qual a função da educação básica pública? Será ela

responsável por uma formação equitativa, plural e ancorada no direito ao conhecimento ou encarregada pela formação de um colaborador ideal destinado ao mercado de trabalho?

REFERÊNCIAS

- A UNIÃO FAZ A VIDA - PUFV. **Resgate Histórico 25 anos**. Fundação Sicredi, 2021a. Disponível em: <https://auniaofazavida.com.br/o-programa/historico.html>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- A UNIÃO FAZ A VIDA. **Programa A União Faz a Vida**: O Programa. Fundação Sicredi, 2021b. Disponível em: <https://auniaofazavida.com.br/index.html>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- AFONSO, Almerindo Janela. A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas. **Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 37, 2001, p. 33-28. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/353/1/37.02.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Contrapontos**, Itajaí, v. 7, n. 1, jan./abr. 2007, p. 11-22. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/888>. Acesso em 24 out. 2021.
- BALL, Stephen John. **Educação Global S. A.**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BALL, Stephen John; OLMEDO, Antonio. A 'nova' filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M. V. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da**

educação. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 33-47.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – educação é a base. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

CÓSSIO, Maria de Fátima; SCHERER, SusanaSchneid. Governança e redes políticas educacionais: Um estudo sobre o estado do Rio Grande do Sul – RS. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 21, n. 3, p. 137-149, set.-dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45417>. Acesso em: 06 dez. 2021.

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia. **Celebração do êxito e naturalização da precariedade do trabalho docente na educação básica**: Crítica à racionalidade neoliberal no Prêmio Educador Nota 10. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 186 p., 2021. No prelo.

LIMA, Paula Valim de. **O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 232 p., 2020.

OLIVEIRA, Maria Mary de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. 7 ed.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. Redes dentro de redes e as novas alianças entre Estado e mercado. **Revista Educere Et Educare**, Cascavel, v. 15, n. 37, out/dez., 2020. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/24176/17032#>. Acesso em: 27 mai. 2021.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez., 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810/0>. Acesso em: 15 mai. 2021.

VEJA. **Educação financeira desafia escolas, aponta OCDE**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/educacao-financeira-desafia-escolas-aponta-ocde/>. Acesso em: 4 nov. 2021.